

ELEIÇÕES 2022 LEGISLAÇÃO



Constituição Federal



Emenda Constitucional nº 117/2022 - Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.



Emenda Constitucional nº 111/2021 - Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.



Código Eleitoral - Lei nº 4.737/1965



Lei da Inelegibilidade - LC nº 64/1990 - Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.



Lei dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096/1995 - Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.



Lei das Eleições - Lei nº 9.504/1997 - Estabelece normas para as eleições.

ELEIÇÕES 2022

NORMAS EDITADAS PELO TSE



Resolução TSE nº 23.674/2021 - Calendário Eleitoral (Eleições 2022).



Resolução TSE nº 23.666/2021 - Dispõe sobre o cronograma operacional do Cadastro Eleitoral para as Eleições 2022.



Resolução TSE nº 23.669/2021 - Dispõe sobre os atos gerais do processo eleitoral para as Eleições 2022.



Resolução TSE nº 23.673/2021 - Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.



Resolução TSE nº 23.600/2019 - Dispõe sobre pesquisas eleitorais.



Resolução TSE nº 23.605/2019 – Estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).



Resolução TSE nº 23.607/2019 - Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.



Resolução TSE nº 23.608/2019 - Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições.



Resolução TSE nº 23.609/2019 - Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições.



Resolução TSE nº 23.610/2019 – Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições.



Resolução TSE nº 23.677/2021 - Dispõe sobre os sistemas eleitorais, a destinação dos votos na totalização, a proclamação dos resultados, a diplomação e as ações decorrentes do processo eleitoral nas eleições gerais e municipais.



Resolução TSE nº 23.659/2021 - Dispõe sobre a gestão do Cadastro Eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos.



Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral